

RUY FABIANO

Ponto de Vista

Nuvens nos horizontes

O governo Collor está operando em dois horizontes. Até março, admitem seus mais importantes componentes, haverá uma etapa de novo ajuste, com inflação elevada, aperto financeiro, revisão de metas econômicas. A partir daí o País, entrará enfim em uma fase de estabilização, colhendo-se os frutos do que se plantou no período anterior — na realidade um período longo, iniciado com o Plano Collor I, em março do ano passado.

Para que se cumpra essa previsão, porém, ainda há variáveis políticas em jogo. Um dos fatores considerados fundamentais para a estabilização, pelo próprio ministro da Economia, é a vigência a reforma tributária em tramitação no Congresso Nacional. Até março, calcula o ministro, da reforma já estará produzindo seus frutos.

Entretanto, ninguém pode assegurar que a reforma tributária passe pelo Congresso nos termos em que foi encaminhada. Pelo contrário, parece hoje mais provável que o projeto venha a sofrer alterações, algumas delas bastante substanciais. É possível até, dado o novo grau de incerteza injetado nas relações entre Planalto e Congresso pelo caso da Emenda Richa, que a reforma encontre obstáculos com os quais não se contava.

Isso coloca uma vez mais em primeiro plano a fragilidade da base parlamentar do Governo. A chamada **maioria flutuante** que tivera como engenheiros o senador Carlos Chiarelli e o deputado Bernardo Cabral, à época preparando-se para postos no primeiro escalão do governo Collor, simplesmente esboroou-se. Embora o Planalto tenha sofrido poucas derrotas significativas em plenário — há cinco dias malogrou um esforço da oposição para derrubar vetos à lei salarial — sua base revela-se insuficiente para garantir a aprovação do que lhe interessa.

Essa é, aliás, a principal crítica feita à administração Collor pelo empresariado de modo geral. O programa do Presidente, em particular sua ênfase no liberalismo e na modernidade, merece elogios rasgados, talvez os maiores feitos a um Governo desde os tempos do milagre brasileiro. No entanto, quando se fala na execução desses princípios as queixas se multiplicam.

Perdoada a brutal intervenção do início do Governo atual, acredita o empresariado que Collor pecou por soberba. Em vez de garantir de uma vez a maioria no Congresso, o que foi possível até para presidentes mais fracos do que ele, o Presidente preferiu falar do alto dos 35 milhões de votos

que recebeu em 1989, como se assim compelissem o Congresso a segui-lo.

Esse processo pode até ter funcionado nos primeiros meses de gestão, dando a impressão de que era para valer a tal **maioria flutuante**. Após as eleições de 1990, com um Congresso renovado, essa ficção foi para o espaço. Assim, lembram os empresários, o governo Collor tornou-se o primeiro em 45 anos, saltando a breve experiência de Jânio Quadros, a permanecer por largo período em minoria no Congresso.

Caso o Presidente tivesse sido menos olímpico e mais prático, poderia não apenas colocar efetivamente em vigor seu programa como dispensar-se das medidas intervencionistas a que foi conduzido nesse período, em particular nos tempos da ex-ministra Zélia Cardoso de Mello. Agora, uma vez mais, o problema se coloca. E se coloca em uma fase crítica, de redefinição de horizontes.

Interino